



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS -TIPO A



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo sessenta questões de múltipla escolha, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas

:



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas.
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar.
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados.
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas.
- Lançar meios ilícitos para a realização das provas.
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo IDECAN.
- Portar arma, ainda que possua o respectivo porte.
- Usar sanitários banheiros após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenar, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Texto para as questões 1 a 15

Brasil é laboratório do melhor e do pior em governança tecnológica

1 Na semana passada participei de um jantar oficial com o presidente francês, Emmanuel Macron, na sede do governo
2 em Paris. Foram convidados 20 “pensadores” globais que trabalham com tecnologia. O objetivo era discutir o papel da França
3 e da Europa de modo geral sobre questões tecnológicas. Dentre os convidados, estavam a escritora Shoshana Zuboff (autora
4 do livro *A Era do Capitalismo de Vigilância*) e a baronesa Joanna Shields, ex-Ministra de Internet e Segurança da Inglaterra. Da
5 América Latina, só este colunista.

6 Três perguntas foram levantadas nas conversas. É possível usar a tecnologia a favor da democracia? Como proteger
7 direitos em face do avanço tecnológico? E, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por
8 meios digitais?

9 A França está em posição favorável para levantar essas questões. O país está prestes a assumir a presidência do
10 Conselho da Europa. Além disso, nos dias seguintes ao jantar, recebeu a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, e o
11 secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, além de outras lideranças globais que participaram do Fórum da Paz, a convite do
12 país.

13 No jantar acabei conhecendo alguns dos ministros franceses. Dentre eles, a jovem ministra da transformação e reforma
14 do Estado, Amélie de Montchalin, que se sentou ao meu lado. Amélie morou no Brasil na cidade de Campinas e fala português
15 perfeitamente. Seu pai foi executivo de uma fábrica de produtos alimentícios na cidade. No dia do jantar ela havia acabado de
16 lançar a política de software livre da França. Além disso, inclui uma estratégia para atrair programadores para trabalharem no
17 governo francês. Tudo um luxo comparado com as políticas tecnológicas brasileiras no momento.

18 Vale lembrar que o Brasil já foi líder nessa área e pioneiro em políticas de software livre na administração pública. Hoje
19 está à deriva. Aliás, esse foi o tema da minha fala para o presidente Macron. Enfatizei que nosso país é uma espécie de
20 laboratório de tudo que existe de melhor e pior em termos de governança tecnológica. No lado bom, criamos no passado a
21 Parceria Internacional de Governos Abertos (OGP), que foi citada várias vezes na reunião. Criamos também o Marco Civil da
22 Internet, visto como modelo, e também citado. Fizemos iniciativas globais como a NetMundial, ou o próprio Comitê Gestor da
23 Internet. Tudo permanece na memória de líderes globais.

24 Já sobre as experiências ruins relacionadas à tecnologia não é preciso citar. Vivemos dentro delas e de seus resultados
25 todos os dias no país. Uma lição ficou clara no jantar: liderança importa. Diga-se o que se quiser do presidente francês, ele tem
26 um plano e uma visão clara sobre o papel da França. Essa visão produz frutos. O país vai crescer 7% em 2021. A taxa de
27 desemprego está baixa e decrescendo, com meio milhão de empregos formais criados neste ano. O país está construindo as
28 bases para participar cada vez mais da economia digital e quer dialogar com pensadores do mundo inteiro para isso.

29 Como dizia um outro francês, Allan Kardec: “Todo efeito inteligente tem uma causa inteligente. O poder da causa está
30 na grandeza do seu efeito.” Para refletirmos.

(**Ronaldo Lemos**. Folha de S.Paulo, 14/11/21. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2021/11/brasil-e-laboratorio-do-melhor-e-do-pior-em-governanca-tecnologica.shtml>)

1. Ao dizer que o Brasil é uma espécie de laboratório, o colunista emprega linguagem:

- A) conotativa.
- B) denotativa.
- C) paradoxal.
- D) científica.

2. O objetivo era discutir o papel da França e da Europa de modo geral sobre questões tecnológicas. (linhas 2 e 3)

Ao empregar “França” e “Europa” no lugar de “franceses” e “europeus”, ocorre um processo de figura de linguagem, largamente empregada na comunicação cotidiana. Trata-se de

- A) hipálage.
- B) paronomásia.
- C) metonímia.
- D) antonomásia.

3. Em relação às ideias do texto e as possíveis inferências que podem ser feitas com inferência, analise as afirmativas a seguir:

- I. A narrativa do colunista, que estava acompanhando o jantar para compor sua coluna, apresentou o que os pensadores mundiais discutiram no evento promovido pela Comunidade Europeia.
- II. A jovem ministra citada pelo colunista se inspirou no modelo brasileiro de software livre, que conheceu durante o tempo em que morou em Campinas, e o lançou naquele mesmo dia na França.
- III. Houve criação de quinhentos mil empregos formais na França no âmbito da tecnologia, por conta de medidas da Administração que fortaleceram o setor.

Assinale

- A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- D) se nenhuma afirmativa estiver correta.

4. Assinale a alternativa em que o pronome indicado, no texto, exerça papel dêitico.

- A) essas (linha 9)
- B) este (linha 5)
- C) disso (linha 10)
- D) Essa (linha 26)

5. O país está prestes a assumir a presidência do Conselho da Europa. (linhas 9 e 10)

O segmento sublinhado no período acima pode ser substituído, mantendo-se o mesmo sentido, por

- A) na eminência de
- B) apartado de
- C) na imanência de
- D) na iminência de

6. Assinale a alternativa em que a palavra indicada exerça, no texto, papel adjetivo.

- A) escritora (linha 3)
- B) essas (linha 9)
- C) deriva (linha 19)
- D) pior (linha 20)

7. ...a jovem ministra da transformação e reforma do Estado... (linhas 13 e 14)

O segmento acima sublinhado, caso alternasse a posição dos termos, não sofreria alteração nem morfológica nem semântica. Isso também ocorre nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- A) várias vezes (linha 21) – vezes várias
- B) avanço tecnológico (linha 7) – tecnológico avanço
- C) posição favorável (linha 9) – favorável posição
- D) experiências ruins (linha 24) – ruins experiências

8. A França está em posição favorável para levantar essas questões. O país está prestes a assumir a presidência do Conselho da Europa. (linhas 9 e 10)

A relação semântica que se estabelece no segundo período do trecho acima em relação ao primeiro é de

- A) consequência
- B) condição
- C) causa
- D) concessão

9. Da América Latina, só este colunista. (linhas 4 e 5)

No período acima, analisando-o dentro do texto em que se insere, constitui exemplo de

- A) apóstrofe.
- B) anacoluto.
- C) pleonasma.
- D) zeugma.

10. No dia do jantar ela havia acabado de lançar a política de software livre da França. (linhas 15 e 16)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. A locução verbal “havia acabado” é equivalente a “acabara” e também se classifica como pretérito imperfeito.
- II. No período, há quatro artigos e cinco preposições.
- III. Não há ocorrência de advérbios no período.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

11. Três perguntas foram levantadas nas conversas. É possível usar a tecnologia a favor da democracia? Como proteger direitos em face do avanço tecnológico? E, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por meios digitais? (linhas 6 a 8)

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta pontuação igualmente correta para o segmento acima.

- A) Três perguntas foram levantadas nas conversas – é possível usar a tecnologia a favor da democracia?, como proteger direitos em face do avanço tecnológico?, e, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por meios digitais?
- B) Três perguntas foram levantadas nas conversas: É possível usar a tecnologia a favor da democracia?; Como proteger direitos em face do avanço tecnológico?; E, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por meios digitais?
- C) Três perguntas foram levantadas nas conversas: é possível usar a tecnologia a favor da democracia?; como proteger direitos em face do avanço tecnológico?; e, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por meios digitais?
- D) Três perguntas foram levantadas nas conversas – é possível usar a tecnologia a favor da democracia, como proteger direitos em face do avanço tecnológico, e, muito importante, como proteger as democracias dos ataques coordenados por meios digitais?

12. Na linhas 10 e 11, “vice-presidente” e “secretário-geral” são exemplos de palavras em que se empregou o hífen corretamente.

Sobre o emprego do hífen, assinale a alternativa em que a regra de seu uso **NÃO** tenha sido corretamente observada.

- A) socioeducativo
- B) co-réu
- C) micro-ondas
- D) hiper-realista

13. Uma lição ficou clara no jantar: liderança importa. (linha 25)

Os dois-pontos no período acima introduzem uma

- A) explicação.
- B) enumeração.
- C) especificação.
- D) exemplificação.

14. Diga-se o que se quiser do presidente francês, ele tem um plano e uma visão clara sobre o papel da França. (linhas 25 e 26)

Assinale a alternativa em que, alterando-se a redação do período acima, tenha-se produzido um novo período com correção gramatical, independentemente das alterações de sentido.

- A) Digam o que quiserem do presidente francês, ele tem planos e visões claros sobre o papel da França.
- B) Digam-se o que quiserem do presidente francês, ele tem planos e visão claros sobre o papel da França.
- C) Digam o que se quiserem do presidente francês, ele tem um plano e uma visão claros sobre o papel da França.
- D) Digam-se o que se quiser do presidente francês, ele tem planos e visão clara sobre o papel da França.

15. Assinale a palavra em que a acentuação gráfica tenha sido empregada seguindo regra **DISTINTA** da das demais.

- A) francês (linha 1)
- B) país (linha 12)
- C) além (linha 11)
- D) Aliás (linha 19)

**ESTATUTO DO SERVIDOR (LEI MUNICIPAL 2.378
DE 07 DE JANEIRO DE 1992)**

16. Determinado servidor público municipal, injustificadamente, recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente. Nesse caso, ele poderá ser punido pela Administração Pública:

- A) apenas com advertência.
- B) com suspensão, no mínimo, de 30 (trinta) dias.
- C) apenas com advertência e, se reincidente, com suspensão, no mínimo, de 15 (quinze) dias.
- D) com suspensão de até 15 (quinze) dias.

17. Maria das Dores, servidora pública municipal, foi informada, na repartição em que trabalhava, que seu cônjuge havia sofrido um acidente vascular cerebral, que acabou sendo fatal. Em virtude desse falecimento, é possível afirmar que a servidora poderá se ausentar do serviço por:

- A) 5 (cinco) dias úteis.
- B) 8 (oito) dias consecutivos.
- C) 5 (cinco) dias consecutivos.
- D) 2 (dois) dias

18. Quando foi se aposentar, o servidor Jairo percebeu que havia gozado diversas licenças para tratamento da própria saúde, totalizando um período de 03 (três) anos de afastamento do exercício laboral. Nesse caso, é possível afirmar que:

- A) Apenas 02 (dois) anos desse período de licença médica pode ser considerado como de efetivo exercício no cargo público.
- B) A Administração Pública deve contabilizar os 03 (três) anos de licença médica como de efetivo exercício no cargo público.
- C) Ainda que Jairo tivesse se afastado por até 05 (cinco) anos para tratamento da própria saúde, tal período deveria ser contabilizado como de efetivo exercício no cargo público.
- D) Todo o período relativo às licenças médicas não é considerado como de efetivo exercício no cargo público.

19. Acerca da licença para tratar de interesse particular, assinale a alternativa incorreta:

- A) A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- B) Não se concederá nova licença antes de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.
- C) A critério da administração, poderá ser concedido ao servidor estável licença para trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.
- D) É possível a concessão da licença a servidores removidos, redistribuídos ou transferidos, independentemente do tempo de exercício.

20. De acordo com o Estatuto do Servidor (Lei Municipal nº 2.378/92), são formas de provimento de cargo público:

- I. Aproveitamento.
- II. Recondução.
- III. Reversão.
- IV. Regressão.
- V. Adaptação.

Estão corretos apenas os itens:

- A) I, III e V.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) III, IV e V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. "Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil".

O texto acima faz referência ao

- A) ITBI.
- B) IPTU.
- C) ISS.
- D) ITR.

22. Acerca dos empréstimos compulsórios, analise as afirmativas abaixo:

- I. No caso de investimento público de caráter urgente é possível que o Município cobre empréstimo compulsório dos beneficiados por tal investimento.
- II. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- III. Se for para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, o empréstimo compulsório deve obrigatoriamente ser instituído mediante lei complementar.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

23. No sistema tributário brasileiro em vigor é possível afirmar que a chamada CIDE- Combustíveis é considerada

- A) uma taxa.
- B) um imposto federal.
- C) um imposto estadual.
- D) uma contribuição especial.

24. O tributo conhecido por ITR é da competência tributária

- A) do Município, apenas.
- B) da União, apenas.
- C) da União e do Município.
- D) dos Estados e Municípios.

25. Lílian e Ana Letícia são proprietárias de um imóvel adquirido por dois milhões de reais no ano de 2010. Algum tempo depois, assim que foi concluída uma obra pública municipal na região, o referido imóvel passou a ser avaliado em sete milhões de reais. A Secretaria de Finanças, então, resolveu cobrar, a título de contribuição de melhoria, o valor de cinquenta mil reais das contribuintes, as quais impugnaram a cobrança sob a alegação de que a municipalidade nunca delimitou a zona beneficiada pela obra. Nesse contexto, é correto afirmar que

- A) o Município deveria ter especificado, na lei que instituiu a contribuição, a delimitação da zona beneficiada.
- B) a cobrança tributária está correta, pois a valorização imobiliária permite a instituição da contribuição de melhoria.
- C) o Município não está obrigado a delimitar a zona beneficiada pela obra, porém deve informar previamente aos contribuintes o orçamento do custo da obra.
- D) a alegação das contribuintes é totalmente infundada, pois sequer podem provar que o Município cobrou indevidamente a contribuição de melhoria.

26. No Direito Tributário, são características das Taxas:

- I. Não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- II. O serviço público tem que ser divisível e efetivamente prestado ao contribuinte.
- III. Estão sujeitas, sem exceção, ao princípio da anterioridade.
- IV. É vedada a sua instituição para o custeio de serviços públicos específicos.
- V. Somente podem ser cobradas pelos Estados e Municípios.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e V estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

27. “No Direito Tributário, sabe-se que a natureza jurídica específica do tributo é determinada _____”.

Assinale a alternativa que apresente o correto complemento da lacuna acima.

- A) pela destinação legal do produto da sua arrecadação
- B) pela sua denominação
- C) pelo fato gerador da respectiva obrigação
- D) pelas características formais adotadas pela lei

28. A legislação tributária brasileira contempla diversas limitações ao poder de tributar, impedindo que o contribuinte tenha sua propriedade atingida indevidamente pelos entes federados. É por isso que estes **não** podem

- A) instituir tributos sobre os livros.
- B) estabelecer limitações ao tráfego de bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- C) utilizar imposto com efeito de confisco, exceto para fins sociais.
- D) instituir tributos sobre os templos de qualquer culto.

29. Acerca dos impostos da União, analise as afirmativas abaixo:

- I. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.
- II. É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar a alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
- III. Recentemente, a União conseguiu autorização, por meio da aprovação de emenda constitucional, para instituir imposto sobre grandes fortunas.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30. A Constituição Federal proíbe a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Nesse caso, entende-se por exercício financeiro

- A) o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.
- B) o período de 12 meses consecutivos, a contar do primeiro dia do mês em que se iniciou.
- C) o período de 1º de janeiro a 1º de janeiro do ano seguinte.
- D) o período de 31 de dezembro a 1º de janeiro do ano seguinte.

31. A Constituição Federal prevê que, na forma da lei, determinado tributo tenha reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto. No caso, trata-se do

- A) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- B) imposto sobre produtos industrializados.
- C) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- D) imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.

32. A respeito dos impostos dos Estados e do Distrito Federal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- B) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- C) Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- D) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

33. De acordo com a Constituição Federal, no caso do ICMS, é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução aprovada com o quórum mínimo de

- A) um terço dos presentes na sessão.
- B) dois terços de seus membros.
- C) maioria absoluta de seus membros.
- D) maioria dos presentes na sessão.

34. Paulo arrematou um imóvel em hasta pública promovida pela Justiça Estadual. Nesse caso, as dívidas tributárias relativas ao bem e anteriores à hasta pública são de responsabilidade

- A) apenas de Paulo.
- B) apenas do antigo proprietário.
- C) de Paulo e do antigo proprietário, solidariamente.
- D) do antigo proprietário e, subsidiariamente, de Paulo.

35. Analise as afirmativas abaixo sobre isenção e imunidade tributárias:

- I. Por conta da chamada imunidade recíproca, um Estado não pode instituir imposto sobre o patrimônio do Município.
- II. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- III. A isenção não se aplica exclusivamente à cobrança de impostos, podendo abranger, se assim a lei determinar, as taxas e contribuições de melhoria.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

36. De acordo com o Código Tributário Nacional, a prescrição e a decadência são formas de

- A) pagamento do crédito tributário.
- B) exclusão do crédito tributário.
- C) remissão do crédito tributário.
- D) extinção do crédito tributário.

37. No campo da interpretação e da integração da legislação tributária é possível afirmar que

- A) os princípios gerais de direito tributário sempre prevalecem sobre a analogia.
- B) os princípios gerais de direito privado não podem ser utilizados pelo intérprete.
- C) o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- D) a analogia nunca prevalece sobre os princípios gerais de direito público.

38. Sobre o fator gerador e a obrigação tributária, analise as afirmativas a seguir:

- I. Assim como a obrigação principal, a obrigação acessória tem fato gerador.
- II. Tratando-se de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- III. É possível que a lei crie uma obrigação tributária sem descrever o respectivo fato gerador, cuja ocorrência ficaria implícita.

Assinale

- A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

39. Analise as afirmativas abaixo sobre as formas de suspensão e extinção do crédito tributário:

- I. A moratória pode ser concedida em caráter geral ou individual.
- II. O parcelamento implica na suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- III. É possível a extinção do crédito tributário, dentre outras formas, pela transação.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40. De acordo com o Código Tributário Nacional, uma vez requerida pelo contribuinte a certidão de regularidade fiscal, seja negativa ou positiva com efeitos de negativa, a Administração Tributária está obrigada a fornecê-la

- A) Em, no máximo, 48h (quarenta e oito horas).
- B) dentro de 10 (dez) dias, contados da data da entrada do requerimento na repartição.
- C) em até 30 (trinta) dias úteis.
- D) dentro de 15 (quinze) dias, contados da data de envio do requerimento.

41. A dívida regularmente inscrita em Dívida Ativa goza da presunção de certeza e liquidez. Entretanto, poderá ser declarada a nulidade desse título executivo quando

- A) houver fluência de juros de mora após a inscrição em Dívida Ativa.
- B) não constar, no termo de inscrição de dívida ativa, a data em que foi inscrita.
- C) faltar o registro do domicílio de qualquer corresponsável.
- D) não for especificada a residência do devedor principal.

42. Assinale a alternativa correta que apresente o meio de defesa do executado quando sujeito à cobrança judicial da Dívida Ativa.

- A) Embargos à execução.
- B) Impugnação de cobrança.
- C) Penhora.
- D) Bloqueio à execução.

43. Na Lei de Execução Fiscal há previsão de que o juiz poderá reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente quando o processo de execução for arquivado provisoriamente, por falta de localização do devedor ou de bens penhoráveis. No caso, esse prazo prescricional é de

- A) um ano.
- B) dois anos.
- C) cinco anos.
- D) cento e oitenta dias.

44. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, é atualmente considerada empresa de pequeno porte a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta

- A) igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- B) superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- C) superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- D) superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

45. No âmbito do Simples Nacional, a sigla MEI significa

- A) Microempresa Individual.
- B) Microempresa e Empresa Institucional.
- C) Microempresa Institucional.
- D) Microempreendedor Individual.

46. São motivos para a exclusão de ofício de empresa optante pelo Simples Nacional:

- I. Comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.
- II. Constatação de que, durante o ano-calendário, o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização foi superior a 50% (cinquenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período.
- III. Houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.
- IV. Constatação de que, durante o ano-calendário, o valor das despesas pagas supera em 10% (dez por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período.
- V. Ser constituída por interpostas pessoas.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas I, II, III e V estiverem corretas.

47. O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, construído ou não, localizado na zona urbana do distrito sede do Município e dos demais distritos. Para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU

- A) em 1º de fevereiro de cada ano.
- B) em 1º de janeiro de cada ano.
- C) em 31 de dezembro de cada ano.
- D) de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

48. "Compete ao _____ o imposto sobre a _____, a qualquer título, _____, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição".

Assinale a alternativa que apresente, respectiva e corretamente, os termos que preenchem as lacunas acima.

- A) Estado da situação do bem; transmissão "inter vivos"; por ato oneroso
- B) Município da situação do bem; transmissão "causa mortis"; por ato gratuito ou oneroso
- C) Município da situação do bem; transmissão "inter vivos"; por ato oneroso
- D) Estado da situação do bem; transmissão "causa mortis"; por ato gratuito ou oneroso

49. No âmbito da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a aplicação de tatuagens e piercings está na Lista de Serviços de

- A) saúde, assistência médica e congêneres.
- B) intermediação e congêneres.
- C) diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
- D) cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

50. Analise as afirmativas abaixo sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):

- I. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
- II. O contribuinte do imposto é o contratante do serviço ou, como substituto tributário, o prestador do serviço.
- III. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

51. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 116/2003, a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é de

- A) 2% (dois por cento).
- B) 3% (três por cento).
- C) 4% (quatro por cento).
- D) 5% (cinco por cento).

52. À luz do Código Tributário Municipal, é possível afirmar que a Planta Genérica de Valores Imobiliários deverá ser revisada

- A) a cada 5 (cinco) anos.
- B) a cada 2 (dois) anos, no máximo.
- C) a cada 3 (três) anos, no mínimo.
- D) a cada 2 (dois) anos, no mínimo.

53. Nos processos fiscais, o Departamento de Instrução e Julgamento Fiscal (DIJF) é considerado como o órgão julgador de primeira instância. Assinale a alternativa correta que apresente a sua composição.

- A) No mínimo, há dois fiscais de tributos municipais indicados pelo Secretário de Finanças, com mandato de 2 (dois) anos.
- B) É composto por servidores com amplo conhecimento jurídico.
- C) É composto, dentre outros membros, por dois representantes de entidades de classe, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados pelo Prefeito, sendo um escolhido dentre os indicados em lista triplíce pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- D) No máximo, há um procurador municipal indicado pelo Procurador Geral do Município, com mandato de 2 (dois) anos.

54. Acerca do Auto de Infração, analise as afirmativas a seguir:

- I. Lavrar-se-á auto de infração quando constatada a ocorrência de violação da legislação tributária municipal por ação ou omissão do sujeito passivo, desde que importe em evasão de receita.
- II. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração.
- III. Após a sua lavratura, o auto de infração será apresentado para registro pelo agente fiscal, no prazo de 3 (três) dias.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

55. "Poderão ser apreendidos bens _____, mercadorias, livros ou quaisquer outros documentos, inclusive magnéticos ou eletrônicos, em poder _____, que constituam prova material de infração estabelecida na legislação tributária."

Com base no Código Tributário Municipal, assinale a alternativa que apresente, respectiva e corretamente, os termos que preenchem as lacunas acima.

- A) imóveis; do sujeito passivo
- B) móveis ou semoventes; do sujeito passivo ou de corresponsáveis
- C) públicos ou privados; dos devedores
- D) móveis; do sujeito passivo ou de terceiros

56. Assinale a afirmativa em que **não** pode o órgão fazendário determinar regime especial para cumprimento de obrigações, pelo sujeito passivo.

- A) Prática reiterada ou não de infração da legislação tributária.
- B) Incidência em conduta que enseje representação criminal, nos termos da legislação que rege os crimes contra a ordem tributária.
- C) Resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades do sujeito passivo, ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade.
- D) Realização de operações sujeitas à incidência tributária, sem a devida inscrição no cadastro de contribuintes apropriado.

57. O Código Tributário Municipal prevê que a cobrança da Dívida Ativa será promovida:

- I. por vários meios juridicamente permitidos, inclusive pela via amigável.
- II. preferencialmente por via judicial.
- III. no contencioso administrativo ou através de mandado de segurança.

Assinale

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

58. Na esfera municipal, se o contribuinte não efetuar o pagamento do crédito tributário no vencimento haverá a respectiva atualização monetária. No caso, essa atualização será efetuada com base

- A) na Taxa Selic.
- B) no IPCA.
- C) na UFCCG.
- D) no INCC.

59. São formas legais de comunicação do lançamento tributário ao sujeito passivo:

- I. Por notificação.
- II. Por publicação em jornal de circulação no Município.
- III. Por via postal com aviso de recebimento.
- IV. Por chamada telefônica.
- V. Por qualquer meio eletrônico.

Assinale

- A) se somente as afirmativas I, III e V estiverem corretas.
- B) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas I, II, III e V estiverem corretas.

60. De acordo com o Código Tributário Municipal, o Conselho de Recursos Fiscais é órgão vinculado

- A) ao Gabinete do Prefeito.
- B) à Secretaria de Finanças.
- C) à Secretaria de Administração.
- D) ao Gabinete do Vice-Prefeito.